



Informativo Enermerco

2106

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)

62.121 Mw

Mai. 2021



Descolamento CMO

R\$ 16 Milhões

Mai. 2021



Bandeira Tarifária

VERMELHA

Mai. 2021



Geração

65.671 Mw

Mai. 2021



Encargos

R\$ 462 Milhões

Mai. 2021



Mercado de Energia x Tendência do PLD

Com um consumo em ascensão, 6,8% na primeira quinzena de junho, reservatórios secos e previsão de baixas intempéries, os preços da energia continuam em alta. A segurança conjuntural do sistema vem sendo alvo de especulações, até que ponto o SIN está preparado para enfrentar crises hídricas dessa magnitude?

No diário oficial de 28 de junho de 2021, Governo federal publicou a criação da CREG - Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética. O Objetivo é estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O CMSE – Comitê de Monitoramento de Segurança Energética, criado em 2004 após o apagão mais recente e icônico do país, era o órgão incumbido desta função. Contudo a instituição da Câmara tem foco total na gestão da água x geração de energia e na crise atual. Inclusive a Câmara tem o poder de decidir sobre a homologação das deliberações do CMSE.

É notória a tentativa de o Governo federal assumir as rédeas em situações de desmandos de despachos de geração de energia ocorridos recentemente. Veremos o poder da caneta da Câmara.

No mesmo dia 28 o Ministro do MME foi à público pedir a todos que cooperem e poupem energia elétrica, como também anunciar o aumento do valor nas bandeiras tarifárias a partir de 01 de julho de 2021. Não é a primeira vez que estes valores são revisitados. Movimento natural e previsto até que o sistema de cotas e redução do GSF se mantenham nos parâmetros atuais.

No outro viés, a Aneel tem se esforçado bastante para diminuir o impacto nas revisões e reajustes anuais das tarifas das Distribuidoras. A revisão tarifária da CELESC está saindo do forno, com aumento considerável na TE, haja visto seus contratos com IGPM. Na TUSD quase manutenção dos valores e na TUSD demanda discreta diminuição.



REGULAÇÃO

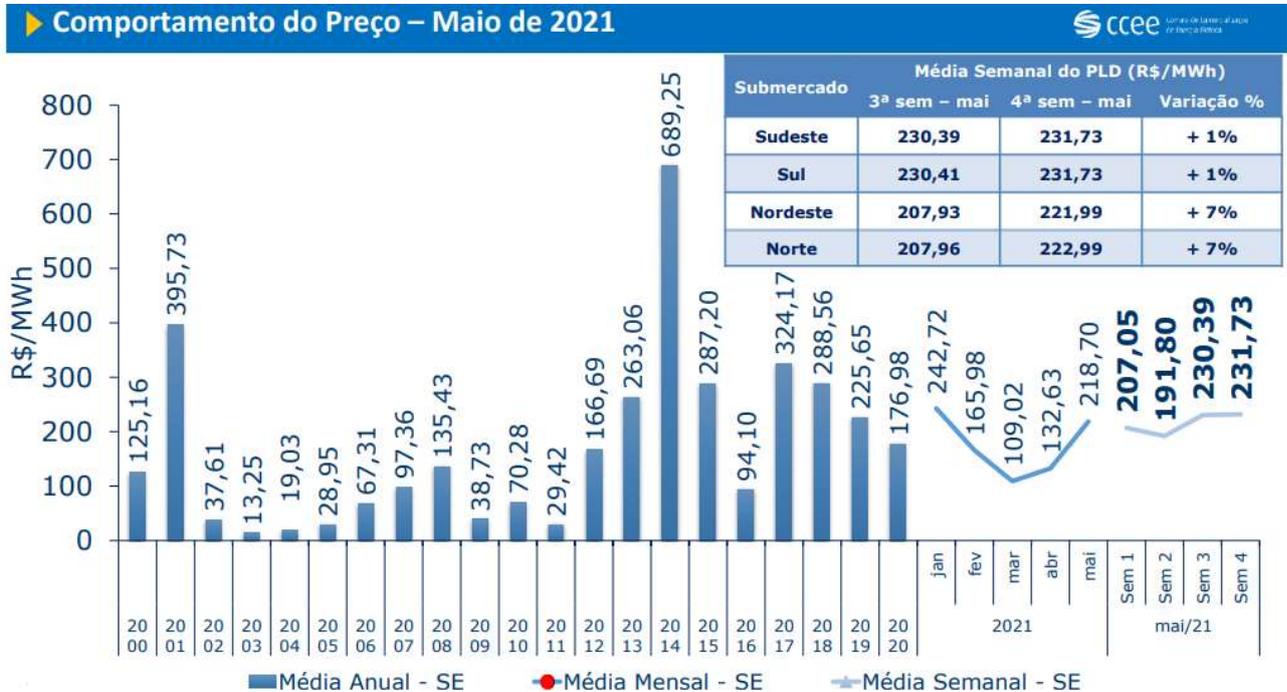
ANEEL define que bandeira tarifária de julho custará R\$ 9,492 a cada 100 kWh

Valor será analisado em consulta pública





A seguir o comportamento dos preços para o mês de maio:



O mês de maio apresentou crescimento de 12,4% no consumo de energia elétrica de acordo com os dados prévios de medição. O Ambiente de Contratação Regulada - ACR registrou avanço de 6,2% e o Ambiente de Contratação Livre - ACL cresceu 26,3%, ambos ainda sob o efeito da baixa base de comparação de maio de 2020 devido à pandemia. Ao excluir o efeito da migração entre os ambientes o ACR avança 8,7% e o ACL 20,6%.

No ACL, os consumidores livres uma vez mais lideraram o crescimento, avançando 29,1%, seguidos pelos consumidores especiais, com aumento de 21,9%. Dos setores econômicos analisados pela CCEE, já excluindo o efeito das novas migrações, nenhum ramo apresentou queda, com os setores de têxteis (87,0%), veículos (84,4%) e serviços (38,4%) registrando as maiores altas.

O cenário de alta generalizada é também observado na análise regional, com destaque para os estados do Espírito Santo (20,0%), São Paulo (15,0%), Santa Catarina e Pará (14,0%) e Mato Grosso (11,0%) apresentando as maiores altas. Mesmo considerando a ausência de dados, apenas o estado do Maranhão apresentou queda (1,0%). No tocante à geração, com embasamento nos dados prévios, nota-se uma evolução estimada de 12,5%. O aumento observado é atribuído às quedas, tanto na geração quanto no consumo, no início do período da quarentena para conter os avanços da pandemia de COVID-19, em maio de 2020.



No âmbito da geração por fonte, foi observado aumento em todos os tipos: eólicas (37,8%), térmicas (36,1%), fotovoltaicas (15,7%) e hidráulicas (4,1%).



A bandeira tarifária em maio foi vermelha, Patamar 1, com custo de R\$ 4,169 para cada 100kWh consumidos. Já para junho de 2021 será vermelha, patamar 2, ainda com custo de R\$6,243 para cada 100kWh consumidos.

Foi o primeiro mês da estação seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN), registrando condições hidrológicas desfavoráveis. Junho inicia-se com os principais reservatórios do SIN em níveis mais baixos para essa época do ano, o que aponta para um horizonte com reduzida geração hidrelétrica e aumento da produção termelétricas. Essa conjuntura pressiona os custos relacionados ao risco hidrológico (GSF) e o preço da energia no mercado de curto de prazo (PLD), levando à necessidade de acionamento do patamar 2 da Bandeira Vermelha. O PLD e o GSF são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco



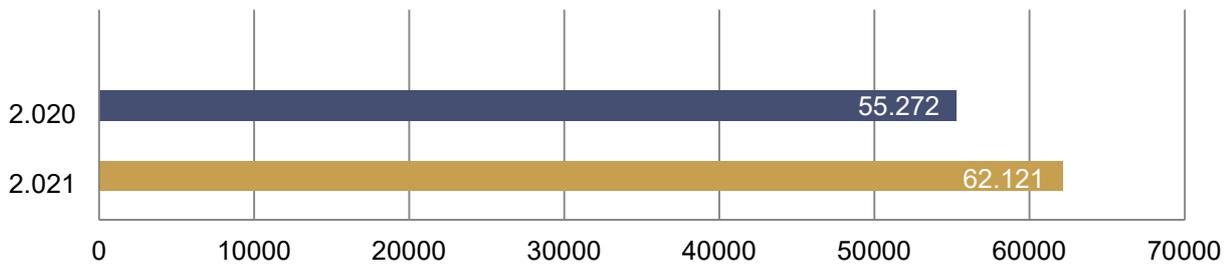
Geração e Consumo com crescimento considerável

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de abril, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

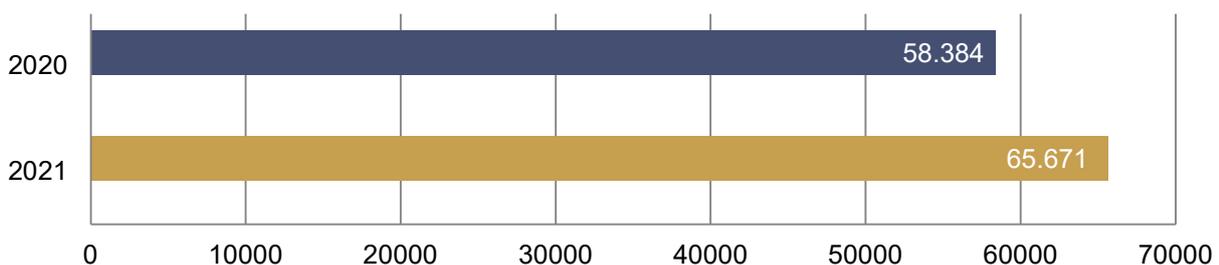
O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

Em comparação ao mesmo período de 2020, temos acréscimo no consumo e na geração: 12,4% e 12,5% respectivamente.

Consumo SIN (MW Med) - 1 a 31 de maio



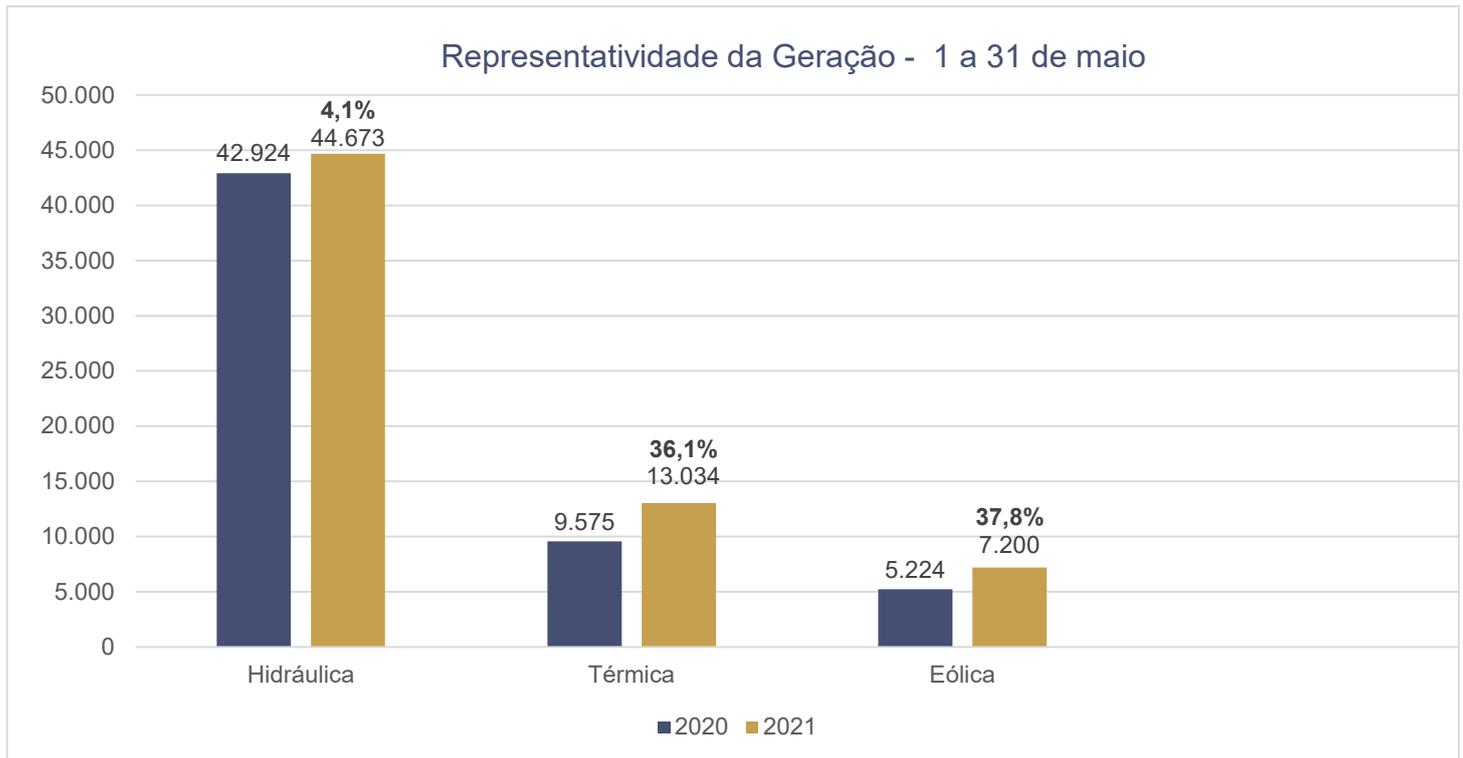
Geração SIN (MW Med) - 1 a 31 de maio





Geração por Fonte de Energia

As fontes de geração, abaixo demonstradas, mostram parte do panorama da produção nacional. Em relação ao mesmo período do ano anterior, 2020, tivemos considerável oscilação nos índices de produção:



Em relação à comparação da geração com o mesmo período do ano anterior, constata-se aumento em todas as formas de geração. O destaque está na geração de usinas térmicas (36,1%) e eólicas (37,8%).



ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

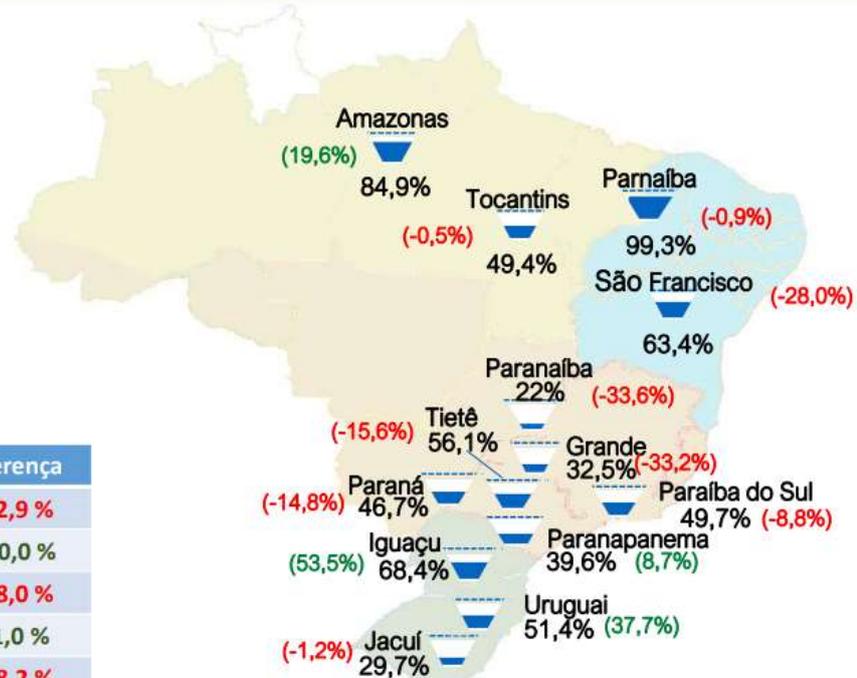
No mapa de Energia Natural Afluyente do SIN, observamos os percentis da ENA em todos os Submercados. Trata-se de mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.

Quando comparamos os níveis de armazenamento, no final de maio de 2021, com os verificados no início de maio/2020, observamos as seguintes variações: -22,9% para Sudeste, + 40% para Sul, -28% para Nordeste e + 1% Norte.

Acompanhamento do Armazenamento das Bacias



Subm.	% EARMmax	Diferença
SE	32,2 %	- 22,9 %
S	57,2 %	+ 40,0 %
NE	63,6 %	- 28,0 %
N	84,5 %	+ 1,0 %
SIN	42,2 %	- 18,2 %



Variação em relação ao mesmo dia do ano anterior (30/05/2020)



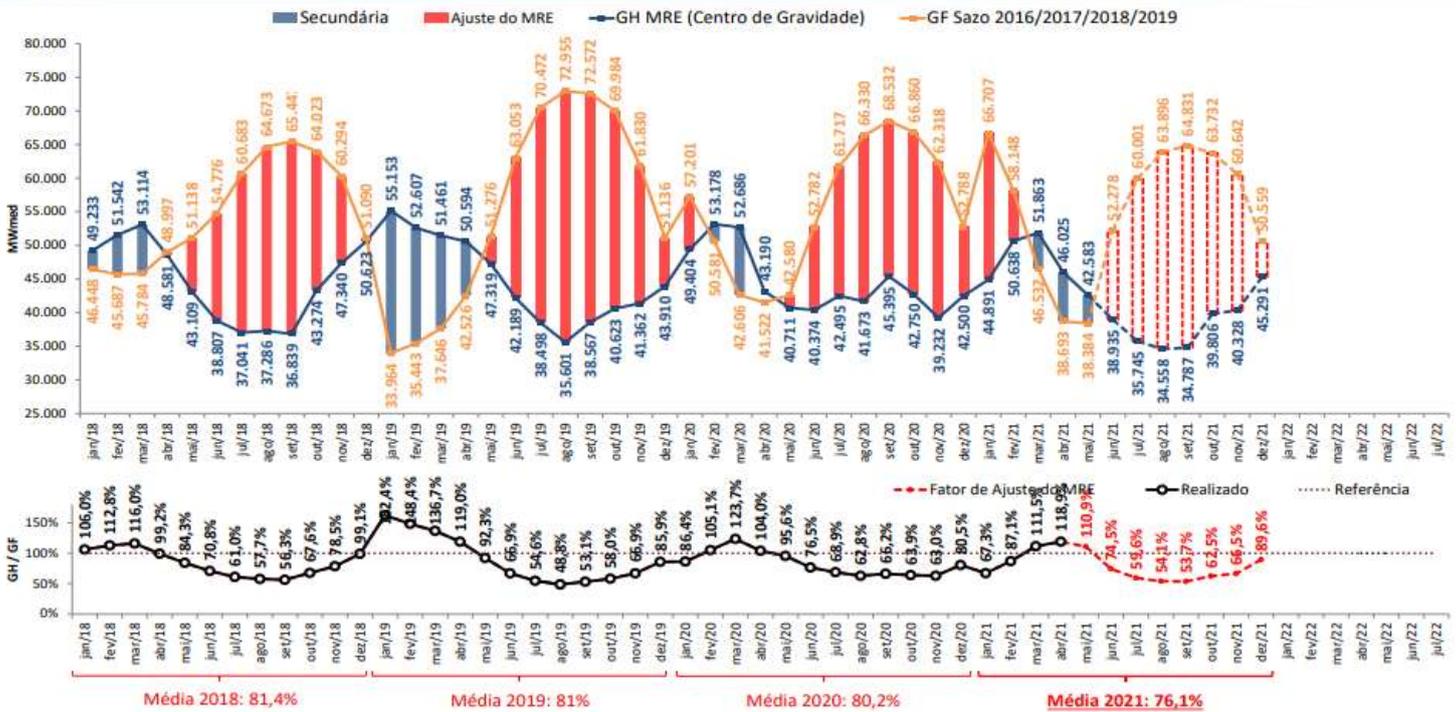
Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Em maio, atingiu-se uma geração, de 110,9% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2021.

Projeção do MRE

Projeção do PLD



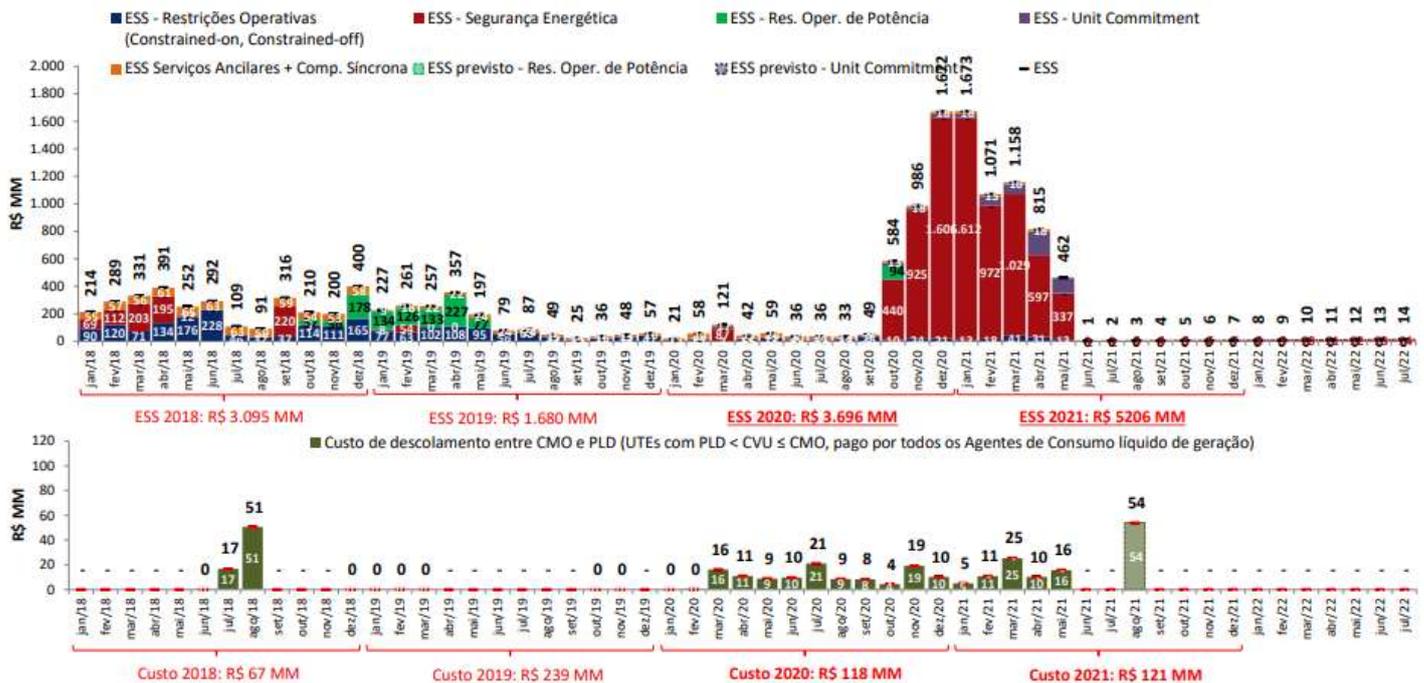


Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de maio/2021, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 462 milhões. Acompanhe como este resultado se solidificou:

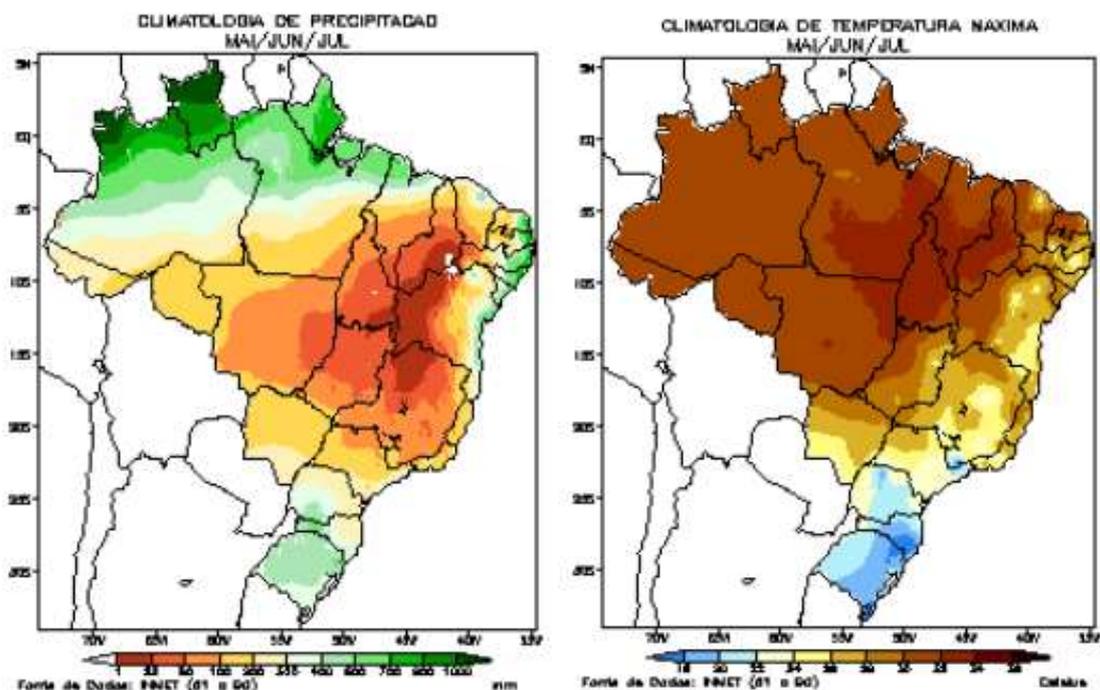
Projeção de ESS e Custos devido ao descolamento entre CMO e PLD





Previsão Climatológica Trimestral

Na Região Norte, os totais acumulados de precipitação ainda podem atingir valores em torno de 1000 mm no extremo norte do Amazonas e no norte de Roraima. Neste trimestre, a costa leste do Nordeste ainda se encontra no período mais chuvoso do ano, com totais acumulados de precipitação que podem exceder 700 mm entre o litoral do Rio Grande do Norte e Alagoas. Os principais sistemas meteorológicos responsáveis pelas chuvas mais intensas no norte da Região Norte e no leste da Região Nordeste são a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e os Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOL), respectivamente. Na Região Sul, os totais de chuva ainda podem exceder 500 mm no interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As chuvas são mais escassas no interior do Brasil, em particular no semi-árido nordestino e no norte de Minas Gerais, onde a média histórica de precipitação no trimestre é inferior a 25 mm. A entrada de massas de ar frio aumenta no início deste trimestre, favorecendo declínios significativos de temperatura e ocorrência de geadas, principalmente nas regiões serranas, onde as temperaturas mínimas costumam ser inferiores a 6°C. As máximas tornam-se mais amenas em todo o Brasil, variando entre 30°C e 34°C no centro-norte do País. As climatologias de precipitação e temperaturas máxima e mínima, no Brasil, são mostradas a seguir:





NOTÍCIAS

Brasil chega a 19 GW de capacidade instalada de energia eólica

Há uma década, o segmento ainda contava com pouco mais de 1,5 GW de capacidade instalada e hoje é a segunda maior, atrás apenas da geração hidrelétrica

A geração eólica no Brasil bateu a marca de 19 GW de capacidade instalada, o que representa 10% da matriz elétrica nacional. De acordo com dados apresentados pela Associação Brasileira da Energia Eólica (Abeeólica), são 726 parques e mais de 8.500 aerogeradores em operação. Há uma década, o segmento ainda contava com pouco mais de 1,5 GW de capacidade e hoje é a segunda maior, ficando atrás apenas da geração hidrelétrica.

Segundo a previsão da Abeeólica, o Brasil deve ter cerca de 30,2 GW de potência instalada em 2024. Em média, no ano passado, 9,97% de toda a geração injetada no Sistema Interligado Nacional (SIN) veio de eólicas, sendo que elas já chegaram a abastecer 17% do País.

O tamanho da indústria no Brasil

19,1GW

de Capacidade Instalada

726

Parques Eólicos

mais de

8.585

Aerogeradores em operação

12

Estados

O quanto gera de energia?

57,0TWh

de energia eólica foram gerados em 2020

10,0%

de toda geração injetada no Sistema Interligado Nacional (SIN) no período

1,9%

de crescimento em relação ao ano anterior. Vale mencionar que, no mesmo período, a geração de todas as fontes no Sistema Interligado Nacional cresceu 10,0%

O que significa essa geração?

28,8Milhões

de residências por mês podem ser abastecidas

86,4Milhões

de habitantes beneficiados



Em 2020, o Brasil manteve a sétima posição no Ranking Mundial do GWEC (*Global Wind Energy Council*) e, considerando a capacidade nova instalada no ano passado, o Brasil foi o terceiro País que mais instalou energia eólica.

“No ano passado, a eólica foi a fonte que mais cresceu, sendo responsável por 43,17% da nova capacidade instalada total adicionada à matriz”Élbia Gannoum, da ABEEólica

O que explica esse forte crescimento do setor no Brasil é que, segundo a Abeeólica, o Brasil tem um fator de capacidade acima da média mundial. No ano passado, por exemplo, o fator de capacidade no Brasil foi de 40,6%, sendo que chegamos a registrar mês de média com 59% durante a safra dos ventos. A média mundial é de cerca de 35%.



“No ano passado, a eólica foi a fonte que mais cresceu, sendo responsável por 43,17% da nova capacidade instalada total adicionada à matriz. Todos estes números mostram não apenas um setor consolidado, mas demonstram que a energia eólica tem um futuro promissor no Brasil”, diz Elbia Gannoum, Presidente Executiva da ABeeólica.

São Paulo recebe estação de trens com energia solar

Parceria entre Eletromidia e Santander contratou a EDP para implementação de painéis fotovoltaicos na Vila Olímpia

A cidade de São Paulo recebeu sua primeira estação sustentável de trem, localizada na Vila Olímpia e concebida em uma parceria entre a Eletromidia e o Santander, que convocaram a elétrica EDP para instalar um sistema de aproveitamento solar para gerar 8500 kWh de energia limpa por mês.

Aproveitando o ambiente da estação, a companhia formatou uma solução que consiste em um gerador solar fotovoltaico conectado à rede da estação. Dessa forma, passa a produzir o equivalente a 40 residências com um consumo de 200kWh/mês. A instalação em telhado metálico ocupa uma área de cerca de 500 m² e tem capacidade de 102 MWh por ano.

O objetivo é contribuir para uma experiência mais agradável no caminho das pessoas que circulam no local. Para tanto estão previstos mais de 1.500 m² de área verde, o que diminuirá a temperatura dos ambientes, entre outros benefícios. Os jardins verticais serão irrigados por sistema que faz reuso da água de esgoto da própria estação através de *wetlands* (jardins filtrantes), com economia mensal de 150 mil litros.

Governo fala em retomar projeto abertura do mercado livre

Ministro Paulo Guedes citou que esse é um dos pilares para que o país possa ver a retomada do crescimento da indústria na formação do PIB, setor que perdeu espaço para o agronegócio

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, falou em voltar a industrializar o Brasil por meio da energia barata. Nesse sentido estão no foco a Lei do Gás, já aprovada, e a modernização do setor elétrico que está na Câmara dos Deputados no PL 414. Em live com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, afirmou que a abertura total do mercado de energia é o outro pilar que ajudará na retomada da atividade industrial do país.

Esse movimento que o governo pode ter sobre a energia vai ao encontro do efeito que o insumo deverá ter na inflação. Ao lado de alimentos, foi apontado pelo ministro como o item que mais tem pesado no indicador. Ele reforçou que é necessário “dar um choque na energia e nos alimentos”, lembrando do reajuste das bandeiras tarifárias que está para ser implantado pela Aneel.

“Vocês [indústria] apoiaram e foram decisivos para os marcos do saneamento e do gás natural, não vamos chorar pela Eletrobras, temos a meta de liberalização do mercado de



energia que continua, e vamos chegar lá”, comentou ele ao afirmar que o ponto foi retirado por haver disputa política sobre o tema.

“Vamos voltar com a liberalização do mercado de energia”, prometeu Guedes. Ele ainda citou a atuação de lobistas em Brasília para comentar os jabutis da MP da Eletrobras e a contratação de térmicas. A retirada da abertura de mercado ele atribuiu ao trabalho feito pelo lado que defende as distribuidoras. “Há também aqueles que defendem as indústrias, que são grandes consumidores de energia que não está barata, então precisamos voltar com a liberação”, reforçou ele que fez questão de enfatizar que esse lobby citado é o feito de forma correta, que defende determinados interesses de forma legítima.

Ainda sobre a Eletrobras, Guedes comentou que os maiores jabutis nesse projeto foram resolvidos e os menores serão absorvidos pelo mercado de forma natural. Destacou ainda que os 8 GW em térmicas a serem contratadas têm custo 50% menor do que as que estão sendo despachadas constantemente atualmente. E ainda assegurou que o governo tem tomado cuidado para não ter choque de preços na energia em momento de crise hídrica.

Câmara aprova texto final da MP da Eletrobras

Foram mantidas 21 das 28 emendas incluídas do Senado e rejeitadas total ou parcialmente as outras sete

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de conversão da MP da Eletrobras em meados de junho, mantendo integralmente 21 das 28 emendas feitas pelo Senado. Único item da pauta, o texto final da Medida Provisória 1031 teve um placar de 258 votos a favor e 136 contra, e segue agora para sanção presidencial. A votação foi acompanhada no plenário pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.



O relator Elmar Nascimento (DEM-BA) rejeitou totalmente cinco emendas e parcialmente outras duas, mas manteve a versão do texto que ele mesmo apresentou no mês passado e que foi modificada pelo senador Marcos Rogério (DEM-RO). Os deputados teriam até a terça-feira, 22/06, para analisar as alterações e evitar que a MP perdesse a validade.

A contratação obrigatória de usinas termelétricas a gás natural em localidades sem infraestrutura de gasodutos, por exemplo, foi ampliada de 6 GW para 8 GW, para atender políticos da Região Sudeste. A medida é um dos pontos mais polêmicos do texto aprovado.

O projeto de conversão manteve a proposta original do governo, que autoriza a privatização da Eletrobras, por meio de uma operação de aumento de capital sem subscrição da União. Mas acrescentou uma série de temas contestados não apenas pela oposição, mas também por partidos e associações empresariais que apoiavam a proposta inicial da MP.



A indústria calcula que o custo dos “jabutis” para o consumidor será de R\$ 84 bilhões, enquanto o governo fala em redução de tarifas nos próximos anos. Além das térmicas, foram incluídas nessa conta a contratação de 2GW de pequenas centrais hidrelétricas em leilões e a prorrogação por 20 anos dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa).

Durante a sessão, foram rejeitados requerimentos do Psol com pedido de retirada do tema de pauta e do PT, pelo adiamento da votação. O texto foi lido então pelo relator, que manteve outros dispositivos criticados, como que permite ao governo iniciar imediatamente a construção do linhão de interligação de Roraima ao Sistema Interligado, tão logo seja concluído o estudo do componente indígena do Plano Básico Ambiental do empreendimento, mas sem seguir os trâmites de órgãos como Funai e Ibama.

Nascimento retirou alguns pontos incluídos no Senado. Um deles era o que estabelecia novos critérios para migração de consumidores para o mercado livre, prevendo a liberação total do mercado a partir de julho de 2026. A emenda também determinava que os consumidores que migrassem do ambiente regulado teriam de pagar os custos da sobrecontratação involuntária das distribuidoras, por meio de encargo tarifário.

O deputado disse que o texto traz amplas alterações em matéria que não havia entrado na discussão da Câmara sobre o PLV, e que as mudanças estão sendo discutidas na casa pelo Projeto de Lei 414, que trata do novo modelo comercial do setor elétrico.

Outra emenda rejeitada estabelecia o pagamento de indenização ao estado do Piauí pela venda da Cepisa, deduzido o que foi antecipado no processo de federalização da distribuidora. Segundo Nascimento, o governo não reconhece esse débito, e por isso foi feita a retirada.

Também foi excluída a proposta que criava subsídios na tarifa de uso do sistema de distribuição para empresas com mercado próprio inferior a 700 GWh por ano e definia como exposição involuntária o montante de energia descontratada por essas distribuidoras menores da concessionária supridora, antes do fim da vigência do contrato de compra de energia.

Outra alteração retirada definia que os contratos resultantes da prorrogação do Proinfa seriam valorados pelo preço médio do A-6 de 2019 corrigido pelo IPCA, em vez do preço teto do certame. A justificativa do relator é de que a mudança “pode inviabilizar a adesão de alguns agentes à renovação contratual ao Proinfa.”

Saíram, ainda, do texto: participação do Exército nos projetos de revitalização de recursos hídricos nas bacias do São Francisco e Parnaíba e nas áreas das usinas de Furnas; a obrigação de pagamento pela Eletrobras de indenizações pela privatização de concessionárias até 2023; e da venda de energia elétrica de Tucuruí em contratos diferenciados para grandes indústrias da Região Norte.

Veja outros pontos que estavam no PLV e não foram alterados:

- Prorrogação do contrato de concessão da usina hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, de Furnas.



- Permissão para que empregados da Eletrobras possam comprar ações da empresa e autorização para a União aproveitar funcionários demitidos em outras estatais.
- Extensão de quatro para seis anos do período em que a Eletrobras fará pagamentos ao Centro de Pesquisa em Energia Elétrica.
- Inclusão da bacia hidrográfica do rio Parnaíba no programa de revitalização do rio São Francisco.
- Inclusão de ações para a navegabilidade dos rios Madeira e Tocantins no programa de redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal.
- Destinação da parcela da outorga que vai para a Conta de Desenvolvimento Energético apenas aos consumidores do mercado regulado, para fins de modicidade tarifária.
- Manutenção do subsídio ao fornecimento de energia elétrica para o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf).
- Destinação de recursos do excedente econômico de Itaipu Binacional para a CDE, para programa de transferência de renda do governo federal e para financiar os programas de revitalização de bacias e de redução de custos de geração na Amazônia Legal.
- Eletrobras terá cinco anos para realocar populações que moram próximas a linhas de transmissão nas regiões metropolitanas, com recursos destinados ao programa Casa Verde e Amarela.
- Proíbe a extinção, incorporação, fusão ou mudança de domicílio estadual das subsidiárias da Eletrobras pelo prazo mínimo de dez anos.
- A desconstrução das usinas da Eletrobras que está em regime de cotas será feita em prazo mínimo de cinco anos e máximo de dez anos.
- Nomes indicados para o Operador Nacional do Sistema Elétrico terão de ser sabatinados pelo Senado.
- O governo terá até 12 meses, a partir da aprovação da lei, para apresentação de um plano de recuperação dos reservatórios do país em até dez anos.
- As obras de derrocamento do canal a jusante da UHE Nova Avanhandava deverão ser concluídas até 2024.

Abraceel comemora abertura de mercado com MP da Eletrobras

AbraPCH também aprova texto da MP, que vai permitir 2 GW da fonte

Uma emenda inserida na Medida Provisória 1031/2021 pelo senador Wellington Fagundes (PL/MT) pode impulsionar a modernização do setor elétrico e colocar o país no quarto lugar do Ranking Internacional de Liberdade Energética. O texto, aprovado no Senado possibilita a abertura do mercado livre de energia de forma gradual a partir de janeiro de 2023. Segundo o relatório acatado parcialmente, já em julho de 2026, mais de 80 milhões de consumidores residenciais e pequenos comerciantes brasileiros passariam a ter o direito de escolher a empresa fornecedora de energia – inclusive optar por fontes renováveis.

Segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia, Reginaldo Medeiros, a portabilidade da conta de luz tende a gerar uma redução de até 30% no preço das contas de luz, conforme já observado nos grandes consumidores no Brasil, pois estimula a competição no setor. De acordo com cálculos produzidos pela associação, mais de R\$ 236 bilhões de reais foram economizados no mercado livre de energia. Para ele, o poder de escolha compõe um dos três princípios básicos na relação de consumo, sendo os demais a qualidade e o preço.



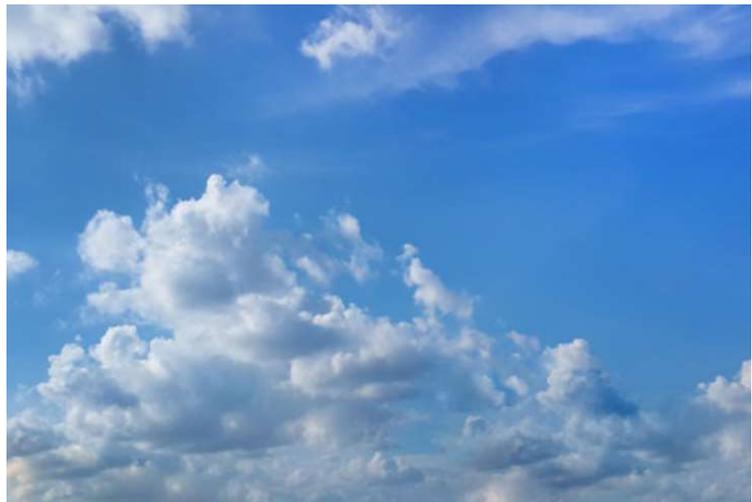
Desde 1995, o mercado de energia deveria ter sido aberto para toda a população, seguindo a Lei 9.074. Entretanto, a falta de regulamentação por parte do Governo durante 17 anos, fez com que apenas as empresas com grande consumo elétrico, como indústrias e comércios, pudessem aderir ao ambiente de contratação livre.

Quem também demonstrou aprovação ao texto final foi a AbraPCH. O presidente da associação, Paulo Arbex, comemorou a aprovação da MP, que permitirá a contratação de 2.000 MW de energia gerada a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas. De acordo com ele, a medida é um sopro de esperança para o setor, que demonstra o reconhecimento do Senado, da Câmara e do Executivo em relação a força das hidrelétricas. Para Arbex, o volume ainda é pequeno, mas no cálculo da associação, a marca será atingida em um tempo aproximado de 2 a 4 anos.

Climatempo mostra impacto da meteorologia na atual crise hídrica

Boletim destaca como os padrões meteorológicos podem influenciar na geração de energia.

Mais uma vez estamos vivendo tempos de crise hídrica e a possibilidade de um racionamento de energia. Num país composto por uma matriz elétrica baseada principalmente por fontes renováveis, o boletim da Climatempo – Impacto da meteorologia na atual crise hídrica, mostrará como os padrões meteorológicos podem influenciar na geração de energia.



Apesar da crescente produção de energia proveniente de fontes eólicas, a qual ultrapassou recentemente o marco de 18 GW de capacidade instalada, equivalente a 10,3% da matriz elétrica, ainda assim, as hidráulicas representam a maior fonte de geração de energia no país, tal que alterações no volume ou padrões irregulares de precipitação afetam todo o setor de energia brasileira, destaca o informativo.

Vários fatores podem ser responsáveis pelas variações nos sistemas meteorológicos e climáticos de uma região. Um dos sistemas climáticos mais conhecidos e monitorados é o El Niño – Oscilação Sul, que recebe mais atenção da mídia e da comunidade científica, por representar cerca de 40% da variabilidade climática no Brasil, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

A Climatempo ressalta que estamos praticamente no Inverno e nesta época do ano não se espera por chuva significativa para a região central do Brasil. E que, por enquanto, não há nenhum fenômeno meteorológico previsto que possa mudar este quadro. No Sul, ao contrário, apesar da pouca sazonalidade anual nas Bacias, é o período das melhores chuvas.

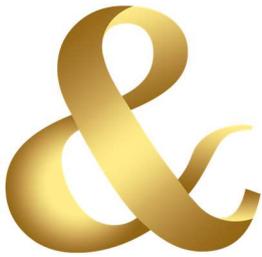


INFORMATIVO ENERMERC

www.enermerco.com.br

Fontes: AGENCIA SENADO - ANEEL - ABRAPCH- CANAL NEGÓCIOS- CANAL ENERGIA - ESTADÃO - EXAME - FOLHA - GAZETA DO POVO - OCESC - INFOCLIMA - ONS - MME - NSC TOTAL - PORTAL G1 - PORTAL GLOBO.COM - REVISTA VEJA - VALOR ECONÔMICO

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP



Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

